



Tribunal de Justiça

SIMULADO ESPECIAL

TJ MS

**Analista Judiciário
Área Fim - Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-MS**, cargo de **Analista Judiciário - Área Fim**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/tEDekxTgqG8Wnc9DA>

01 - (A B C D E)	13 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	14 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	15 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	16 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Q835>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto para as questões 1 e 2**

"A modernidade legou-nos um paradoxo cruel: a busca incessante pela autonomia individual frequentemente nos aprisiona em uma solidão autoimposta. Glorificamos a independência como o cume da realização pessoal, mas, ao alcançá-la, deparamo-nos com o eco de nossas próprias vozes em corredores vazios. Não se trata de uma crítica à liberdade, mas de uma constatação sobre o preço que, por vezes, a sua versão mais radical nos cobra. O ser humano, cuja essência é gregária, parece esquecer que a verdadeira autonomia floresce na interdependência, e não no isolamento estéril."

1. No trecho "O ser humano, cuja essência é gregária, parece esquecer...", a estrutura introduzida pelo pronome "cuja" desempenha, no plano sintático e semântico, a função de:

- a) Restringir o conceito de "ser humano" àqueles de essência gregária, atuando como um aposto especificativo.
- b) Iniciar uma oração adjetiva explicativa, acrescentando uma característica inerente ao "ser humano" já definido no contexto.
- c) Apresentar a causa pela qual o ser humano esquece que a autonomia floresce na interdependência.
- d) Estabelecer uma relação de posse e, sintaticamente, introduzir o sujeito da oração seguinte.
- e) Introduzir uma oração concessiva, que se opõe à ideia principal de que o ser humano parece esquecer algo.

2. A estratégia argumentativa central do autor no parágrafo consiste em:

- a) Refutar uma tese popular por meio de um argumento de autoridade.
- b) Desenvolver um paradoxo para questionar um valor contemporâneo.
- c) Comparar diferentes períodos históricos para criticar o presente.
- d) Apresentar dados estatísticos sobre a solidão na modernidade.
- e) Utilizar a ironia para ridicularizar a busca pela autonomia.

Texto para as questões 3 e 4

"A linguagem politicamente correta, em sua ânsia por neutralizar ofensas, acaba por vezes produzindo um efeito inverso: o empobrecimento do léxico e a criação de um discurso asséptico, desprovido da força expressiva que a ambiguidade e a conotação conferem à comunicação. Ao tentar aparar todas as arestas da palavra, corre-se o risco de entregar ao interlocutor não um diamante lapidado, mas uma esfera lisa e sem caráter. A palavra, afinal, não é um instrumento cirúrgico, mas um organismo vivo, pulsante de história e de paixões."

3. No trecho "Ao tentar aparar todas as arestas da palavra, corre-se o risco...", a forma verbal "corre-se" evidencia:

- a) Uma ação reflexiva, em que o sujeito pratica e sofre a ação de correr.
- b) Uma concordância com a ideia de "tentar", que funciona como sujeito oracional.
- c) O emprego de uma voz passiva analítica, com o sujeito "o risco" sofrendo a ação.
- d) Um sujeito elíptico, facilmente identificável como "o autor do texto".
- e) A indeterminação do agente da ação, conferindo à afirmação um caráter de generalização.

4. A intertextualidade presente no texto manifesta-se principalmente pela:

- a) Citação direta de um manual de gramática normativa.
- b) Incorporação de um provérbio popular sobre comunicação.
- c) Paráfrase de um conhecido poema modernista.
- d) Oposição a um conceito filosófico de Platão.
- e) Alusão a um debate público contemporâneo sobre o discurso.

Texto para as questões 5 a 7

"Escrever é, em essência, um ato de otimismo. Lança-se uma garrafa ao mar das consciências alheias, sem qualquer garantia de que será encontrada, e, se encontrada, de que sua mensagem será decifrada. O escritor aposta no improvável: que, do outro lado da solidão da escrita, exista uma outra solidão, a da leitura, disposta ao diálogo. Essa aposta, ainda que fadada ao fracasso na maioria das vezes, é o que legitima a própria existência da literatura."

5. No segmento "**ainda que** fadada ao fracasso na maioria das vezes", a locução conjuntiva sublinhada estabelece com a oração principal ("é o que legitima a própria existência da literatura") uma relação de:

- a) Condição, pois a legitimação depende do fracasso.
- b) Concessão, pois um obstáculo (o fracasso provável) não invalida a afirmação principal.
- c) Causa, pois o fracasso iminente é o motivo da legitimação.
- d) Finalidade, pois o objetivo da aposta é legitimar a literatura.
- e) Proporção, pois quanto mais fadada ao fracasso, mais legitima a literatura se torna.

6. A reescrita do trecho "Lança-se uma garrafa ao mar das consciências alheias, sem qualquer garantia de que será encontrada..." que altera fundamentalmente seu sentido original é:

- a) Uma garrafa é lançada ao mar das consciências alheias, desprovida da garantia de ser encontrada.
- b) Lançam uma garrafa ao mar das consciências alheias, embora não haja garantia de que a encontrem.
- c) Ao lançar uma garrafa ao mar das consciências alheias, não se tem qualquer garantia de encontrá-la.
- d) Porque se lança uma garrafa ao mar das consciências alheias, não há qualquer garantia de que seja encontrada.
- e) Ainda que se lance uma garrafa ao mar das consciências alheias, não existe garantia de que será encontrada.

7. O autor define o ato de escrever como "um ato de otimismo". Essa definição se sustenta, no texto, pela ideia de que o escritor:

- a) Possui uma certeza intrínseca sobre a qualidade de sua mensagem.
- b) Ignora deliberadamente a possibilidade de não ser compreendido.
- c) Age com base na esperança, apesar da alta probabilidade de insucesso.
- d) Busca a fama e o reconhecimento que a literatura pode proporcionar.
- e) Acredita que toda forma de solidão pode ser curada pela arte.

8. "A memória não é um depósito de fatos, mas uma oficina de ficções. O que lembramos não é o que aconteceu, mas o que nos tornamos capazes de narrar a nós mesmos sobre o que aconteceu. Nisso reside a fragilidade e a força do testemunho: ele é sempre uma reconstrução, nunca um decalque."

A relação entre os termos "depósito" e "oficina", no contexto, é de:

- a) Antítese
- b) Sinonímia
- c) Metonímia
- d) Gradação
- e) Comparação

9. "Muitos creem que a objetividade jornalística impõe ao repórter que se abstenha de qualquer juízo. Ora, tal mandamento, se levado ao extremo, produziria não o jornalismo, mas o silêncio. A escolha de qual fato noticiar já é, em si, um juízo de valor sobre sua relevância."

O termo "Ora" que inicia o segundo período cumpre a função coesiva de:

- a) Introduzir uma retificação ou um argumento contrário ao que foi exposto.
- b) Marcar a continuidade de um raciocínio, com valor de adição.
- c) Apresentar a consequência lógica da crença mencionada anteriormente.
- d) Indicar uma alternância de ideias, com valor semelhante a "ou".
- e) Expressar surpresa ou espanto diante da crença popular.

10. "A democracia, dizem, é o pior dos regimes, à exceção de todos os outros. Essa máxima, atribuída a Churchill, encerra uma verdade desconfortável: o sistema é falho, ruidoso e ineficiente, mas as alternativas a ele são invariavelmente piores. Conviver com sua imperfeição é o preço da liberdade."

Do ponto de vista da tipologia textual, o texto é predominantemente:

- a) Narrativo, pois relata a origem de uma máxima famosa.
- b) Descritivo, pois detalha as características da democracia.
- c) Argumentativo, pois defende uma tese sobre a democracia a partir de uma citação.
- d) Injuntivo, pois instrui o leitor a aceitar as falhas da democracia.
- e) Expositivo, pois apenas apresenta informações sobre um conceito político.

11. "Se o conhecimento fosse um oceano, a especialização seria a tentativa de perfurar um poço o mais fundo possível, mesmo que à custa de ignorar a vastidão da superfície. O especialista sabe tudo sobre quase nada; o generalista, quase nada sobre tudo. Ambos se arriscam: um a se afogar em sua própria profundidade, o outro a se perder na imensidão rasa."

A estrutura sintática do último período ("Ambos se arriscam: um a se afogar..., o outro a se perder...") é construída com base em:

- a) Orações coordenadas assindéticas justapostas.
- b) Termos de valor apositivo que detalham o sujeito "Ambos".
- c) Orações subordinadas adverbiais finais reduzidas.
- d) Um polissíndeto que enfatiza a repetição das ações.
- e) Um zeugma do verbo "arriscar-se" e um paralelismo sintático.

12. "A ironia fina, aquela que não gargalha, mas sorri de canto de boca, exige do leitor uma parceria intelectual. Ela não entrega a crítica; apenas a insinua, deixando ao interlocutor a tarefa de preencher as lacunas. É um jogo para iniciados, no qual a compreensão é a senha de pertencimento."

O pronome "aquela" em "aquela que não gargalha" tem a função de:

- a) Apontar para um elemento que está distante no tempo e no espaço.
- b) Retomar anaforicamente o termo "ironia fina" e introduzir uma oração que a define.
- c) Anunciar cataforicamente o conteúdo da oração adjetiva seguinte.
- d) Substituir o substantivo "ironia fina" para evitar repetição, sem função sintática.
- e) Indicar posse, de forma semelhante ao pronome "cujas".

13. "A burocracia, concebida para ser o caminho da eficiência por meio da impessoalidade, tornou-se o próprio labirinto. Seus corredores, pavimentados com regulamentos, conduzem não a uma solução, mas à exaustão de quem a busca. O paradoxo é que o instrumento criado para organizar acabou por institucionalizar a paralisia."

No trecho "conduzem não a uma solução, mas à exaustão", a estrutura "não..., mas..." cumpre o papel de:

- a) Adicionar uma alternativa, sem invalidar a primeira.
- b) Estabelecer uma comparação de superioridade.
- c) Apresentar uma retificação, negando o primeiro termo para afirmar o segundo.
- d) Indicar uma conclusão lógica derivada do termo anterior.
- e) Propor uma condição para que a primeira parte seja verdadeira.

14. "Haveria menos desilusões no mundo se as pessoas compreendessem que o afeto não se mede com a régua da reciprocidade exata. Exigi-lo é transformar a espontaneidade em contrato, o dom em dívida. O amor, quando se torna uma transação, já faliu."

O emprego dos verbos no período "Haveria menos desilusões... se as pessoas compreendessem..." denota, no plano da semântica verbal, uma:

- a) Certeza sobre um fato ocorrido no passado.
- b) Ordem direta para que as pessoas mudem seu comportamento.
- c) Dúvida sobre a possibilidade de as pessoas compreenderem.
- d) Constatação de um fato presente e suas consequências futuras.
- e) Formulação de uma hipótese e sua consequência provável no campo do irreal.

15. "O progresso tecnológico nos oferece, a cada dia, ferramentas mais potentes para a comunicação. Contraditoriamente, talvez nunca tenhamos sido tão inábeis no diálogo, na escuta paciente, na arte de discordar sem aniquilar. A abundância de meios parece ter gerado uma escassez de fins."

A análise morfosintática do segmento "talvez nunca tenhamos sido tão inábeis" mostra que:

- a) "Talvez" funciona como um adjunto adverbial que determina o tempo da ação.
- b) O sujeito da locução verbal "tenhamos sido" é oculto e pode ser identificado como "nós".
- c) "Tão inábeis" exerce a função de objeto direto da locução verbal.
- d) A forma verbal "tenhamos sido" está no futuro do subjuntivo, indicando uma possibilidade vinda.
- e) "Nunca" é um pronome indefinido que nega a totalidade da ação.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO*Tiago Zanolla*

16. O Tribunal de Justiça do Estado Alfa recebeu requerimento da Prefeitura do Município de Sol Nascente solicitando a criação de uma nova comarca, sob o argumento de que o município possui atualmente 12 mil habitantes, 6 mil eleitores e dispõe de edificação adequada para instalação do fórum, conforme escritura pública apresentada. O relatório do juiz diretor do foro, porém, apontou a existência de apenas 120 feitos no último ano, e o parecer da Corregedoria-Geral de Justiça foi contrário à medida.

À luz do que dispõe a Lei nº 1.511/1994, a criação da comarca pleiteada:

- a) depende apenas da vontade do TJ, que poderá editar norma criando a comarca com base em conveniência administrativa.
- b) não poderá ser deferida, pois não foi atendido o critério objetivo quanto ao movimento forense mínimo.
- c) poderá ser deferida se o TJ entender relevante o número de habitantes e a estrutura física já existente, mesmo sem o parecer favorável da Corregedoria.
- d) deverá ser precedida de aprovação pelo Legislativo local, dado o impacto orçamentário da medida.
- e) será automática se o município atingir o número mínimo de habitantes e eleitores, independentemente dos demais critérios.

17. Durante apuração de conduta antiética, o servidor João, ocupante de cargo efetivo do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, recebeu penalidade de censura aplicada pelo Diretor-Geral da Secretaria. Inconformado, apresentou recurso diretamente ao Conselho da Magistratura, alegando que, por se tratar de matéria ética, a instância máxima deveria rever a decisão.

De acordo com a Resolução nº 252/2021, é correto afirmar que:

- a) o recurso de João foi interposto corretamente, pois o Conselho da Magistratura tem competência recursal sobre penalidades aplicadas pelo Diretor-Geral.
- b) João deveria ter apresentado pedido de reconsideração diretamente ao Diretor-Geral da Secretaria, no prazo de 5 dias.
- c) a decisão do Diretor-Geral é irrecorrível, pois a penalidade de censura possui caráter meramente administrativo.
- d) o recurso cabível seria ao Presidente do Tribunal de Justiça, no prazo de 5 dias a contar da ciência da penalidade.
- e) a penalidade de censura, sendo de baixa gravidade, não enseja qualquer tipo de recurso ou pedido de reconsideração.

18. Conforme disposto na Portaria nº 2.100/2021, integram a estrutura da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul todos os órgãos abaixo, exceto:

- a) Presidência.
- b) Vice-Presidência.
- c) Corregedoria-Geral de Justiça.
- d) Conselho Superior da Magistratura.
- e) Ouvidoria-Geral do Poder Judiciário.

19. Maria é servidora efetiva do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul e, após oito anos de exercício contínuo em sua categoria funcional, verificou que não havia recebido nenhuma progressão funcional desde o seu ingresso. Ao buscar esclarecimentos junto ao setor de gestão de pessoas, foi informada que havia sido reenquadrada com base na Lei nº 2.662/2003 e que, por isso, seu caso demandaria análise específica. Também foi alertada de que seus afastamentos para atuar em outro órgão público, sem remuneração, não seriam computados para progressão.

Considerando as disposições da **Lei nº 3.687/2009**, é correto afirmar que:

- a) a progressão funcional ocorre a cada dois anos, por decisão discricionária da administração, observando critérios de desempenho e avaliação.
- b) o servidor reenquadrado pela Lei nº 2.662/2003 não tem direito à progressão até que atinja o tempo de serviço compatível com a nova referência.
- c) o tempo de afastamento, ainda que sem remuneração, é integralmente contado para fins de progressão, desde que tenha sido autorizado.
- d) a tabela de referências é escalonada linearmente em 3,5% a cada biênio, independentemente do tempo total de serviço.
- e) a progressão funcional depende exclusivamente da existência de dotação orçamentária, mesmo quando completado o interstício.

20. O servidor aposentado Hélio, com incapacidade permanente para o trabalho, submeteu-se a laudo pericial do Estado, no qual foi constatado que está impossibilitado de realizar qualquer atividade, requerendo apoio contínuo de enfermagem e internação prolongada. A equipe médica, no entanto, recomendou que o tratamento fosse realizado em domicílio, por inviabilidade logística de leito hospitalar. Diante disso, Hélio requereu a concessão do auxílio-invalidez previsto no art. 87-C da Lei nº 3.310/2006.

À luz da legislação vigente, é correto afirmar que:

- a) o benefício será devido apenas se o servidor comprovar não possuir meios econômicos para custear o tratamento.
- b) o pagamento do auxílio-invalidez poderá ser realizado, desde que confirmada por perícia a necessidade de assistência permanente.
- c) a concessão do benefício depende exclusivamente da prescrição médica para internação hospitalar, sendo vedado tratamento domiciliar.
- d) o valor do benefício poderá integrar a pensão por morte do servidor, caso este venha a falecer, por se tratar de verba de caráter previdenciário.
- e) o benefício será suspenso se o aposentado tiver proventos em valor superior ao teto do Regime Geral de Previdência Social.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***Emerson Bruno*

21. Carlos, ao tentar resolver dois problemas distintos envolvendo informações e atos de autoridade, acabou precisando utilizar dois remédios constitucionais: impetrou um Mandado de Segurança e, em outro momento, propôs um Habeas Data. Mesmo não sendo pessoa economicamente necessitada, Carlos perguntou ao seu advogado se seria obrigatório pagar custas ao Judiciário para que essas ações pudessem ser apreciadas. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a resposta correta fornecida pelo advogado foi que:

- a) há exigência de custas em ambos os casos.
- b) nenhuma das duas ações exige o pagamento de custas.
- c) somente no Habeas Data há custas a serem recolhidas.
- d) apenas no Mandado de Segurança existe cobrança de custas.
- e) as custas são dispensadas no Mandado de Segurança, mas podem ser exigidas no Habeas Data apenas se houver recurso.

22. Uma associação formada por moradores de um determinado bairro, passou a divulgar relatórios e manifestações públicas criticando fortemente a atuação do chefe do Poder Executivo municipal. Incomodado com a repercussão negativa e temendo desgaste político em ano pré-eleitoral, o prefeito pediu à sua equipe jurídica que verificasse se seria possível determinar a dissolução compulsória dessa associação. A assessoria respondeu, corretamente, que:

- a) A pretensão seria juridicamente impossível, por ser plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive para atividades paramilitares.

b) Apenas por decisão judicial seria possível dissolver compulsoriamente a associação ou suspender suas atividades, exigindo-se trânsito em julgado para o segundo caso.

c) Como a associação precisou de autorização prévia do Município para ser criada, bastaria revogar essa autorização para extingui-la.

d) Por ter sido instituída com fundamento em lei municipal específica, apenas outra lei municipal poderia determinar sua dissolução.

e) Apenas por decisão judicial seria possível dissolver compulsoriamente a associação ou suspender suas atividades, exigindo-se trânsito em julgado para o primeiro caso.

23. Ao revisar a agenda administrativa no final do ano, o Chefe do Poder Executivo federal perguntou a um de seus auxiliares se ainda havia obrigação pendente relacionada à prestação de contas do exercício financeiro anterior. O assessor esclareceu, corretamente, que o Presidente da República:

a) não está sujeito à prestação de contas a outro órgão, em respeito ao princípio da separação dos poderes.

b) deve apresentar suas contas ao Senado Federal, no prazo de 15 dias, caso seja formalmente solicitado a fazê-lo.

c) tem o dever de encaminhar as contas anuais ao Tribunal de Contas da União no prazo de trinta dias após o término do exercício financeiro.

d) deve apresentar as contas anuais à Câmara dos Deputados, até trinta dias após o início da sessão legislativa.

e) deve encaminhar as contas anuais ao Congresso Nacional no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

24. Durante um reencontro com Lucas, um colega da época da escola, Pedro soube que ele havia ingressado em uma carreira estatal de caráter permanente, considerada essencial ao funcionamento da Justiça. Lucas contou que sua instituição é responsável por propor a ação penal pública, além de zelar pela ordem jurídica, pelo regime democrático e pela defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Diante dessas informações e do que estabelece a Constituição Federal, é correto concluir que Lucas é membro:

- a) do Ministério Público.
- b) da Defensoria Pública.
- c) do Poder Judiciário.
- d) da Advocacia Pública.
- e) da Advocacia Privada.

25. Durante uma operação de fiscalização ambiental no Parque Estadual Horizonte Verde, a promotora de Justiça Renata decidiu instaurar um procedimento investigatório criminal para apurar possíveis crimes praticados por Eduardo, proprietário de uma grande empresa de mineração que operava na divisa da unidade de conservação. A abertura da investigação desagradou profundamente o presidente do sindicato empresarial da região, que mantinha forte influência política e econômica local. Irritado com o impacto da investigação, ele pediu à sua equipe jurídica que verificasse se haveria alguma forma de tirar Renata, de maneira obrigatória, do órgão do Ministério Público em que atua. A consultoria explicou, corretamente, que:

- a) a inamovibilidade garante que Renata não pode ser removida compulsoriamente em hipótese alguma.
- b) somente o procurador-geral de Justiça teria competência para determinar a remoção compulsória de Renata.
- c) a remoção compulsória de Renata seria de competência exclusiva do Conselho Nacional do Ministério Público.

d) a remoção obrigatória de Renata só poderia ser determinada pelo órgão colegiado competente do Ministério Público, e apenas por motivo de interesse público.

e) tanto o procurador-geral de Justiça quanto o órgão colegiado competente poderiam determinar a remoção compulsória de Renata, em qualquer hipótese.

26. Após ter seu pedido de habeas corpus negado por um Tribunal Superior, o advogado de Ricardo passou a avaliar qual seria o instrumento jurídico adequado, previsto expressamente na Constituição Federal, para impugnar essa decisão. Nessa situação, o meio processual cabível é:

- a) Recurso extraordinário.
- b) Recurso ordinário.
- c) Recurso especial
- d) Mandado de Segurança.
- e) Novo pedido de Habeas Corpus.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Rodrigo Bet*

27. A Lei nº 14.133/2021, que regula as Licitações e os Contratos Administrativos, estabelece definições e regimes essenciais para a normatização da contratação pública. Entretanto, certos conceitos abordados pela referida legislação podem ser interpretados de forma equivocada caso não sejam devidamente analisados. Com base nisso, assinale a alternativa que contém a definição incorreta:

- a) Sobrepreço: valor orçado ou contratado em licitação que ultrapassa consideravelmente os preços de mercado estabelecidos como referência.
- b) Compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento.
- c) Contratante: pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação.
- d) Credenciamento: processo administrativo em que a Administração Pública chama interessados para prestar serviços ou fornecer bens, conforme condições previamente estabelecidas, garantindo a isonomia entre os participantes.
- e) Pré-qualificação: regime que envolve a contratação de obras e serviços de engenharia, onde o contratado assume a responsabilidade tanto pela elaboração dos projetos básico e executivo quanto pela execução da obra, fornecimento de bens e realização das operações necessárias à entrega final.

28. No âmbito da responsabilidade civil do Estado, há circunstâncias que podem atenuar a extensão da responsabilidade do poder público, diminuindo a intensidade da culpa ou até mesmo isentando-o em determinadas situações. Tais circunstâncias são avaliadas conforme a gravidade e os elementos que envolvem o ato praticado pelo Estado ou seus representantes. Nesse contexto, a situação que configura uma atenuante da responsabilidade civil do Estado é:

- a) Culpa concorrente da vítima, em que há colaboração da vítima para o evento danoso, o que pode reduzir a responsabilidade do Estado.
- b) Culpa exclusiva da vítima, onde a responsabilidade pelo dano é atribuída unicamente à vítima, eximindo o Estado de culpa.
- c) Culpa de terceiros, onde a ação de um terceiro contribui para o dano, atenuando a responsabilidade do Estado.
- d) Força maior, que consiste em um evento imprevisível e inevitável, cuja ocorrência pode reduzir a responsabilidade do Estado, uma vez que escapa ao controle e à diligência do poder público.
- e) Caso fortuito do agente público, onde um evento imprevisível ocorrido durante o exercício da função pública pode ser considerado uma atenuante da responsabilidade.

29. Em conformidade com a Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por atos lesivos à administração pública, tanto em âmbito nacional quanto internacional. No entanto, em casos de alterações na estrutura societária, como transformação, fusão, cisão ou incorporação, a responsabilidade da empresa por tais atos poderá ser preservada, com algumas condições específicas. Considerando o exposto, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação incorreta:

- a) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, conforme o respectivo contrato, as consorciadas serão responsabilizadas pelos atos descritos na legislação, sendo essa responsabilidade restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação dos danos causados.
- b) A responsabilidade da pessoa jurídica por atos contra a administração pública, seja nacional ou estrangeira, é preservada, ainda que ocorra alteração contratual, transformação, fusão, incorporação ou cisão societária.
- c) A responsabilidade da pessoa jurídica por atos lesivos à administração pública se mantém nas situações de transformação, fusão, incorporação ou cisão, garantindo a obrigação de reparação integral do dano causado, sem que haja a necessidade de pagamento de multa.
- d) A alteração na estrutura societária da pessoa jurídica não afasta a sua responsabilidade pela prática de atos lesivos à administração pública, sendo possível a aplicação de multa, mesmo após a transformação, fusão, incorporação ou cisão.
- e) Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação.

30. Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 4.657, de 1942, que regula a vigência das leis, analise as assertivas a seguir e assinale (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas.

- () A lei entra em vigor em todo o território nacional quarenta e cinco dias após sua publicação oficial, independentemente de disposição contrária contida em norma específica.
- () A lei nova, que estabeleça disposições especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- () Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a simples correção, o prazo começará a correr a partir da data da nova publicação.
- () O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em casos de dolo, no entanto, não deverá responder nas situações de erro grosseiro.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente:

- a) V – F – V – V.
- b) F – V – V – F.
- c) V – F – F – V.
- d) F – V – F – F.
- e) F – F – V – V.

31. Em decorrência de sua conduta culposa, Thalia permitiu que informações confidenciais, relacionadas às suas atribuições e que deveriam ser mantidas em sigilo, fossem acessadas por terceiros, o que resultou em benefícios indevidos advindos do uso dessa informação sigilosa.

Considerando o cenário exposto e as disposições previstas na Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que Thalia:

- a) Não estará sujeita à suspensão de seus direitos políticos por um período de até doze anos, no âmbito das sanções previstas para improbidade administrativa.
- b) Poderá ser responsabilizada conforme as disposições da Lei de Improbidade Administrativa, sujeitando-se às penalidades estabelecidas pela referida legislação.
- c) Ficará sujeita à aplicação de multa, cujo valor poderá atingir até 28 vezes o montante de sua remuneração, em conformidade com as penalidades previstas.
- d) Poderá ser vedada de acessar benefícios creditícios por um período de até 14 anos, conforme as implicações da lei sobre a improbidade administrativa.
- e) Poderá ser condenada à perda do cargo público, conforme a gravidade de sua conduta e as disposições legais aplicáveis ao caso.

32. A Lei nº 14.133/2021, também conhecida como a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece normas gerais para licitações e contratações no âmbito das Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Compete à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou àqueles indicados pelas normas de organização administrativa, promover a gestão por competências e designar agentes públicos para desempenharem funções essenciais à execução dessa Lei, desde que atendam a certos requisitos.

Com relação a esses requisitos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O agente deve possuir atribuições relacionadas a licitações e contratos ou formação compatível, ou ainda qualificação atestada por certificação profissional emitida por uma escola de governo mantida pelo poder público.
- II. O agente não pode ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração, nem ter vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil.
- III. O agente designado deve ser servidor efetivo da Administração Pública.

Está correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I, II e III.
- e) I, apenas.

DIREITO CIVIL*Cadu Carrilho*

33. As Em 10/03/2025 foi publicada a Lei Complementar nº 1.000, que revogou integralmente a Lei Complementar nº 999, sem estabelecer vacatio legis. Em 20/04/2026, sobreveio a Lei Complementar nº 1.001, que revogou por inteiro a Lei Complementar nº 1.000, sem qualquer menção à Lei Complementar nº 999. À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta.

- a) Com a revogação da Lei Complementar nº 1.000 pela Lei Complementar nº 1.001, a Lei Complementar nº 999 é automaticamente restaurada, em razão do princípio da continuidade normativa.
- b) A Lei Complementar nº 999 não se restaura, salvo se a Lei Complementar nº 1.001 trouxer expressa disposição nesse sentido.
- c) A Lei Complementar nº 1.000 permanece produzindo efeitos, quanto aos fatos ocorridos após a vigência da Lei Complementar nº 1.001, até que nova lei venha a regular a matéria.
- d) A Lei Complementar nº 1.001, por ser mais recente, retroage automaticamente para atingir todos os efeitos já produzidos sob a égide da Lei Complementar nº 1.000, em razão da supremacia do interesse público.
- e) A Lei Complementar nº 999 se restaura parcialmente, naquilo em que não for incompatível com a Lei Complementar nº 1.001, por força da vedação à lacuna normativa.

34. João, estudante de Direito, está revisando o tema pessoas naturais e concluiu corretamente, à luz da legislação civil, o seguinte:

- a) A personalidade civil da pessoa natural começa desde a concepção, mas a lei apenas assegura, a partir do nascimento com vida, os direitos do nascituro.

b) A morte presumida, sem decretação de ausência, pode ser declarada quando alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até cinco anos após o término da guerra.

c) A menoridade cessa, em regra, aos 21 anos completos, ocasião em que a pessoa se torna plenamente capaz para todos os atos da vida civil.

d) Desaparecendo alguém de seu domicílio sem notícias, tendo deixado representante com poderes suficientes, o juiz deverá, de imediato, declarar a ausência e nomear curador.

e) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil apenas os menores de 16 anos.

35. Em contrato de empreitada, as partes estipularam cláusula penal moratória de 10% sobre o valor do contrato, para o caso de atraso na entrega da obra. Verificado o atraso, o credor pretende exigir a cláusula penal e, cumulativamente, indenização suplementar, alegando que os prejuízos foram superiores ao valor da multa. Nos termos do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) é vedada a cumulação da cláusula penal com indenização suplementar, em qualquer hipótese.
- b) a cláusula penal substitui, de pleno direito, as perdas e danos, ainda que a parte comprove prejuízo superior.
- c) admite-se indenização suplementar, se o credor provar que o prejuízo excede ao valor da pena, e que haja estipulação contratual convencionada.
- d) a cláusula penal apenas se aplica nos casos de inadimplemento absoluto, não incidindo em mora.
- e) a cláusula penal é nula se fixada em percentual superior a 2% do valor do contrato.

36. Durante a festa de réveillon da cidade, a empresa PiroShow Ltda. foi contratada pelo Município para realizar um grande espetáculo de fogos de artifício, lançado de uma balsa no rio. No meio da apresentação, um rojão desvia da trajetória prevista, entra pela janela do apartamento de Lara, em prédio vizinho, e provoca um princípio de incêndio, destruindo parte da sala. Lara ajuíza ação de indenização contra a PiroShow, que se defende alegando que: (i) cumpriu todas as normas técnicas de segurança; (ii) não teve culpa; e (iii) o acidente decorreu de vício oculto de fabricação do artefato, de responsabilidade exclusiva da fabricante dos fogos. À luz do Código Civil sobre responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta.

- a) A PiroShow responde objetivamente pelos danos, pois desenvolve atividade que, por sua natureza, implica risco para direitos de terceiros, havendo obrigação de indenizar independentemente de culpa.
- b) A responsabilidade da PiroShow é subjetiva, dependendo de prova de culpa, porque a regra é a responsabilidade por ato ilícito culposos.
- c) O defeito de fabricação do rojão configura caso fortuito externo, rompendo o nexo causal e afastando, de plano, o dever de indenizar da PiroShow.
- d) A PiroShow somente poderia ser responsabilizada se Lara fosse consumidora em sentido estrito, hipótese em que se aplicaria exclusivamente o Código de Defesa do Consumidor, e não o Código Civil.
- e) Tratando-se de espetáculo autorizado pelo poder público, o resultado danoso é risco socialmente aceitável, inexistindo, por isso, dever de indenizar à luz do Código Civil.

37. As Em 10/01/2023, a sociedade empresária Café & Cia Ltda. celebrou contrato de franquia com Sabor Franquias S.A. No contrato, constou a seguinte cláusula:

“A franqueada terá o direito de arrependimento, podendo desistir do contrato, sem qualquer multa, no prazo de 90 dias contados da assinatura, mediante notificação escrita à franqueadora.”

Café & Cia só enviou a notificação de arrependimento em 20/06/2023, isto é, mais de 90 dias após a assinatura. Sabor Franquias recusou o pedido, alegando decadência. Em agosto de 2023, Café & Cia ajuizou ação pedindo a declaração de extinção do contrato com base no direito de arrependimento, sustentando, entre outros argumentos, que o prazo seria prescricional, podendo sofrer suspensão pelas negociações entre as partes; e que o juiz poderia conhecer de ofício o decurso do prazo.

À luz do Código Civil sobre prescrição e decadência, assinale a afirmativa correta:

- e) Tratando-se de decadência convencional, é vedada qualquer renúncia, razão pela qual a franqueadora não poderia se beneficiar do decurso do prazo para opor a extinção do direito de arrependimento.
- b) O prazo de 90 dias é prescricional, inicia-se com a violação do direito e pode ser suspenso pelas tratativas entre as partes, aplicando-se as regras gerais dos arts. 189 e 197 a 199 do Código Civil.
- c) O prazo de 90 dias é decadencial legal, e, por isso, além de se sujeitar às causas de suspensão e interrupção da prescrição, deve ser obrigatoriamente conhecido de ofício pelo juiz.
- d) O prazo de 90 dias é prescricional, mas as partes poderiam validamente tê-lo aumentado ou reduzido no contrato, pois o Código Civil permite a modificação dos prazos prescricionais por convenção.
- e) O prazo de 90 dias é decadencial convencional, não se sujeita às causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição, e a decadência não pode ser conhecida de ofício pelo juiz.

38. A respeito da representação no direito sucessório, marque a correta:

- a) Dá-se o direito de representação, quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, quando ainda vivo.
- b) O direito de representação dá-se na linha reta descendente e na ascendente.
- c) Na linha transversal, somente se dá o direito de representação em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.
- d) O quinhão do representado partir-se-á por igual entre os representantes e demais sucessores.
- e) O renunciante à herança de uma pessoa não poderá representá-la na sucessão de outra.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

39. Em determinado processo judicial, os réus Antônio e Pedro alteraram a verdade dos fatos em suas contestações e provocaram incidentes manifestamente infundados. Percebendo isso, o juízo, de ofício, aplicou multa aos réus por litigância de má-fé. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) Se o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.
- b) O juízo não poderia aplicar a multa de ofício, dependendo de requerimento da parte autora.
- c) Embora provocar incidente manifestamente infundado seja considerado um ato de litigância de má-fé, a alteração da verdade dos fatos não é fato gerador para aplicação da multa.
- d) Quando forem 2 (dois) ou mais os litigantes de má-fé, cada um arcará com a metade do valor arbitrado.
- e) O valor da indenização será fixado pelo juiz ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por

arbitramento ou pelo procedimento comum, em autos apartados.

40. Paula tomou posse recentemente no cargo de Analista do TJ-MS e foi lotada em juizado especial cível de Campo Grande. Uma das suas funções é a de fazer a triagem dos processos e verificar de antemão a legitimidade das partes e a regularidade de representação. De acordo com a Lei 9.099/1995, Paula estará correta se afirmar que

- a) Nenhuma pessoa jurídica pode propor ação no juizado especial cível.
- b) A assistência por advogado é sempre facultativa.
- c) O mandato ao advogado poderá ser verbal, mesmo quanto aos poderes especiais.
- d) O réu, sendo pessoa jurídica, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, desde que tenha vínculo empregatício.
- e) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

41. Maria ajuizou ação de execução de entrega de coisa certa (bem móvel) em desfavor de Cláudio. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) ao despachar a inicial, o juiz poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, sendo o valor inalterável.
- b) Cláudio será citado para, em 15 (quinze) dias, satisfazer a obrigação.
- c) caso após citado Cláudio aliene a coisa para Pedro, será expedido mandado contra o adquirente, que somente será ouvido antes de depositá-la.
- d) do mandado de citação constará ordem para imissão na posse.
- e) havendo benfeitorias indenizáveis feitas na coisa pelo executado ou por terceiros de cujo poder ela houver sido tirada, a liquidação prévia é facultativa.

42. O Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul denegou mandado de segurança impetrado originalmente na corte. O impetrante, inconformado, pretende impugnar o acórdão. De acordo com o Código de Processo Civil, deverá ser interposto

- a) Recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) Recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) Recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) Recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- e) Agravo de instrumento, a ser julgado pelo próprio tribunal.

43. Durante o depoimento pessoal da parte autora, o juízo constatou a ocorrência da confissão de um dos fatos controversos do processo. De acordo com o Código de Processo Civil, a confissão

- a) é irrevogável e não pode ser anulada.
- b) será nula se feita por quem não for capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados.
- c) é, em regra, indivisível.
- d) A confissão espontânea constará do termo de depoimento pessoal.
- e) Não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos disponíveis.

44. Beatriz ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais em desfavor de Marília em virtude de postagem publicada em redes sociais. Inicialmente, pugnou pela concessão de gratuidade de justiça, tendo apresentado declaração de hipossuficiência. De acordo com o Código de Processo Civil sobre a gratuidade de justiça,

- a) presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida por Beatriz.
- b) a concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais.
- c) eventual assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça.
- d) o direito à gratuidade da justiça se estenderia a eventual sucessor de Beatriz.
- e) deferido o pedido, Marília pode impugnar a gratuidade de justiça em autos apartados.

45. Diante da urgência para a concessão de determinado medicamento, Pedro requereu em caráter antecedente uma tutela antecipada. O juízo da vara competente no TJ-MS entendeu que não existem elementos para a concessão de tutela antecipada. De acordo com o Código de Processo Civil, o órgão jurisdicional

- a) extinguirá de plano o processo sem a análise do mérito.
- b) determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.
- c) determinará a emenda da petição inicial em até 15 (quinze) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.
- d) julgará improcedente o mérito da demanda.
- e) indeferirá a tutela e mandará citar o réu.

46. Paulo ajuizou ação monitória em face de Pedro, em virtude de contrato inadimplido sem eficácia de título extrajudicial. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) no referido procedimento não se admite a citação por edital.
- b) não havendo eficácia de título executivo, revela-se incabível o ajuizamento de ação monitória.
- c) o réu será isento da metade das custas processuais se cumprir o mandado de pagamento no prazo.
- d) para oposição de embargos à ação monitória, exige-se a garantia do juízo.
- e) na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

47. Em determinado processo judicial o réu foi condenado ao pagamento de quantia ilíquida. Com o trânsito em julgado da sentença, restou evidente a necessidade de alegar e provar fato novo. De acordo com o Código de Processo Civil, será necessário(a)

- a) a liquidação por arbitramento.
- b) a liquidação pelo procedimento comum.
- c) o ajuizamento de nova ação judicial.
- d) o ajuizamento de ação rescisória.
- e) o início imediato do cumprimento de sentença.

48. Em processo judicial que tramita em vara no interior do estado, o autor requereu a citação do réu em outro país. De acordo com o Código de Processo Civil, para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro será necessária a

- a) expedição de carta precatória.
- b) expedição de carta de ordem.
- c) expedição de carta rogatória.
- d) homologação do Superior Tribunal de Justiça.

e) homologação do Supremo Tribunal Federal.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

49. Acerca da lei penal no tempo, analise as assertivas a seguir:

- I – Havendo superveniência de lei penal que ao mesmo tempo traga benefícios e prejuízos ao agente, será vedado ao Juiz realizar a combinação de leis penais, de forma a aplicar ao agente, de forma retroativa, apenas os aspectos benéficos da nova lei
- II – A revogação de um tipo penal não importa *abolitio criminis* quando a conduta ali prevista passa a integrar outro tipo penal
- III – Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução da pena e os demais efeitos secundários da condenação, penais e extrapenais

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I
- b) I e II
- c) II
- d) II e III
- e) III

50. Acerca da consumação, da tentativa e dos institutos relacionados, assinale a alternativa correta:

- a) A tentativa sempre será punida com a pena relativa ao crime consumado, reduzida de um a dois terços
- b) Na tentativa inculpa o agente, apesar de não alcançar a consumação, consegue atingir a pessoa ou coisa contra a qual direciona sua conduta
- c) A espontaneidade não é um pressuposto legal para a caracterização da desistência voluntária
- d) O arrependimento posterior gera redução de pena de um a dois terços, devendo o Juiz ter como critério para estabelecimento da fração redutora o maior ou menor grau de reparação do dano, aplicando-se a fração máxima em caso de reparação integral
- e) Há crime impossível quando, por ineficácia absoluta ou relativa do meio, é impossível consumir-se o delito

51. Josué, desejando angariar fundos para realizar a festa de aniversário da filha, que completaria 15 anos em breve, invadiu uma residência e, sorrateiramente, subtraiu joias e dinheiro. Na mesma noite, com o mesmo *modus operandi*, subtraiu dois computadores de outra residência na mesma rua. Ainda na mesma noite e com o mesmo modo de agir, invadiu uma terceira residência no mesmo bairro, subtraindo uma bicicleta de alto valor que lá se encontrava.

Nesse caso, é correto afirmar que Josué deverá responder por três furtos:

- a) em continuidade delitiva, aplicando-se a pena de um dos crimes, se idênticas, ou a maior delas, se diversas, acrescida da fração exasperadora de um quinto
- b) em continuidade delitiva, aplicando-se a pena de um dos crimes, se idênticas, ou a maior delas, se diversas, acrescida da fração exasperadora de um terço
- c) em concurso formal, aplicando-se a pena de um dos crimes, se idênticas, ou a maior delas, se

diversas, acrescida da fração exasperadora de um quinto

- d) em concurso formal, aplicando-se a pena de um dos crimes, se idênticas, ou a maior delas, se diversas, acrescida da fração exasperadora de um sexto
- e) em concurso material, aplicando-se o sistema do cúmulo material

52. Renato, que já possui condenação anterior transitada em julgado por crime de furto qualificado, cometido 03 anos antes, foi denunciado pelo crime de roubo simples. Durante a instrução, Renato confessou espontaneamente a prática do crime, tendo o Juiz proferido sentença condenando o acusado e fixando a pena em 04 anos de reclusão e multa. Na sentença, o Juiz compensou a agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea, bem como reconheceu que as circunstâncias judiciais eram favoráveis ao agente.

Atento ao caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos
- b) poderá ser fixado o regime inicial aberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos
- c) deverá ser fixado o regime inicial fechado, não sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos
- d) poderá ser fixado o regime inicial semiaberto, não sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos
- e) o Juiz não poderia ter compensado a agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea

53. No dia 20.05.2025, por volta das 3h da madrugada, Fagner, visando a subtração de um veículo automotor que se encontrava estacionado na via pública, quebrou o vidro do carro, ingressou no veículo e fugiu com o automóvel. O dono do veículo, que apesar do adiantado da hora ainda estava acordado, percebeu a ação e acionou a polícia. Duas horas depois, Fagner já se encontrava em outra cidade do mesmo estado, a 60km do local do furto, quando foi preso em flagrante numa *blitz* da polícia militar, tendo sido recuperada a *res furtiva*.

Nesse caso, é correto afirmar que Fagner praticou:

- a) furto simples, majorado pelo repouso noturno
- b) furto simples, sem majoração
- c) furto qualificado pelo transporte do veículo para outro município, majorado pelo repouso noturno
- d) furto qualificado pela destruição ou rompimento de obstáculo, majorado pelo repouso noturno
- e) furto qualificado, sem a majorante relativa ao repouso noturno

54. Ricardo, 24 anos, mudou-se recentemente para um novo bairro, e passou a frequentar uma padaria da região. Após comparecer diariamente à padaria, Ricardo acabou ficando encantado com a beleza de Paula, 17 anos, filha do dono, e que lá trabalhava em auxílio ao pai. Certo dia, Ricardo ofereceu a Paula a quantia de R\$ 1.000,00 para que mantivessem relação sexual. Paula aceitou a proposta, recebeu o dinheiro e manteve com Ricardo relação sexual consentida, consistente em conjunção carnal e outros atos libidinosos. O fato, porém, acabou descoberto pelo pai de Paula, que procurou a delegacia e narrou o ocorrido.

Nesse caso, é correto afirmar que Ricardo:

- a) não praticou crime, dada a atipicidade da conduta
- b) praticou crime de estupro de vulnerável
- c) praticou crime de assédio sexual
- d) praticou crime de importunação sexual
- e) praticou crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

55. Sobre os princípios que orientam o processo penal brasileiro, à luz da doutrina e do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio do *in dubio pro societate* aplica-se ao julgamento de mérito, sendo amplamente aceito para permitir condenação mesmo diante de dúvida razoável.
- b) Pelo princípio da oficialidade, a vítima fica impedida de apresentar representação nos crimes de ação penal pública condicionada.
- c) A garantia da ampla defesa limita-se à atuação do advogado, não abrangendo o exercício da autodefesa pelo próprio acusado.
- d) O contraditório assegura ao acusado o direito de tomar conhecimento dos atos processuais e de se pronunciar sobre eles.
- e) A insuficiência na defesa do acusado configura nulidade absoluta do processo.

56. À luz das disposições do Código de Processo Penal, caso uma nova lei processual passe a vigorar durante o andamento de um processo penal, é correto afirmar que:

- a) Devem ser refeitos os atos processuais realizados antes de sua vigência, caso sejam incompatíveis com as novas determinações legais.
- b) Todos os atos praticados sob a lei anterior precisam ser repetidos, mesmo que a mudança legislativa não tenha relação com o conteúdo dos atos.
- c) A repetição de atos já concluídos fica a cargo do juiz, considerando a conveniência para a instrução do processo.
- d) Os atos processuais praticados enquanto vigorava a lei anterior devem ser mantidos.
- e) Os atos realizados com base na legislação anterior podem ser preservados, desde que acusação e defesa concordem e haja observância da retroatividade benéfica.

57. No âmbito do inquérito policial, especialmente quanto à possibilidade de solicitar diligências durante a investigação, assinale a alternativa correta:

- a) Somente a vítima, de maneira exclusiva, pode solicitar diligências à autoridade policial, que deverá cumpri-las sempre que não afrontarem a lei ou os bons costumes.
- b) A vítima ou o investigado, pessoalmente, podem solicitar diligências à autoridade policial, que estará obrigada a realizá-las, desde que não contrariem a legalidade ou os bons costumes.
- c) A vítima, seu representante legal e o investigado podem solicitar diligências à autoridade policial, que deverá providenciá-las caso não violem normas legais ou bons costumes.
- d) A vítima, seu representante legal e o investigado podem requerer diligências à autoridade policial, que deverá executá-las desde que não contrariem a legislação ou os bons costumes.
- e) A vítima, seu representante legal e o investigado podem requerer diligências à autoridade policial, que poderá realizá-las ou não, conforme seu juízo discricionário.

58. Em uma situação hipotética, o magistrado Renato, titular da 2ª Vara Criminal de Fortaleza, recebe denúncia do Ministério Público contra Eduardo, com quem mantém antiga inimizade decorrente de reiterados conflitos e desentendimentos desde a juventude. Renato também é responsável por analisar denúncia oferecida contra Roberto, pai de sua ex-esposa, Larissa, com quem não teve filhos. Considerando esse cenário, assinale a alternativa correta:

- a) Renato está impedido de julgar Eduardo, uma vez que existe inimizade entre ambos.
- b) Renato pode atuar no processo contra Roberto, pois o casamento com Larissa já foi dissolvido e não houve descendência dessa união.

c) Renato deve se declarar suspeito para atuar no processo de Eduardo e impedido para exercer jurisdição no processo envolvendo Roberto.

d) Renato deve se declarar suspeito no processo referente a Eduardo, mas, caso não o faça, não há medida que Eduardo possa adotar para fazer reconhecer a suspeição do magistrado.

e) Se Eduardo desejar afastar Renato da condução do processo, deverá apresentar pedido de recusa em petição assinada por ele ou por procurador com poderes gerais, expondo os fundamentos e apresentando documentos ou testemunhas que os comprovem.

59. Após uma discussão, Rafael, tomado pela irritação, passou a dirigir diversas ofensas à honra de Marcelo. Sentindo-se lesado, Marcelo procurou a delegacia para comunicar o ocorrido. Considerando o caso e as regras do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de hipótese de ação penal pública incondicionada.
- b) Nessa situação aplicam-se os princípios da oportunidade e da disponibilidade.
- c) Na ação penal privada, a petição inicial recebe o nome de denúncia.
- d) Na ação penal privada, deve ser observado o princípio da divisibilidade.
- e) O recebimento, pelo ofendido, de indenização pelo dano moral causado implica renúncia ao direito de apresentar queixa.

60. Durante patrulhamento, uma equipe da Polícia Militar foi informada por moradores de que acabara de ocorrer um furto em um estabelecimento comercial nas proximidades, indicando também a rota utilizada pelo autor para fugir. Os policiais iniciaram buscas imediatas e, poucos minutos depois, localizaram o indivíduo escondido em um terreno abandonado, ainda na posse dos bens furtados, efetuando sua prisão.

Com base no Código de Processo Penal, a modalidade de prisão realizada corresponde a:

- a) Flagrante próprio, já que o agente foi surpreendido enquanto executava o delito.
 - b) Flagrante impróprio, uma vez que houve perseguição logo após o crime e o suspeito foi detido em circunstâncias que apontam sua autoria.
 - c) Flagrante presumido, porque foi encontrado com a res furtiva muito tempo depois da infração.
 - d) Prisão preventiva, pois a autoridade policial determinou sua captura baseada em meros indícios.
 - e) Flagrante preparado, hipótese que invalida a prisão por configurar crime impossível.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
